



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Secretaria - Geral

Secretaria de Orçamento e Organização Institucional

PLANO DE DADOS ABERTOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

2019/2020

Brasília

2ª edição - 2018

MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA - MD

- Joaquim **SILVA** e **LUNA**

CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS – EMCFA

- Alte Esq **ADEMIR** Sobrinho

SECRETÁRIO GERAL - SG

- Tenente Brigadeiro do Ar Carlos Augusto **AMARAL** Oliveira

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI

- SC **FRANSELMO** Araújo Costa

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO –DETIC**

- Gen Bda (R1) Sergio Luiz Goulart **DUARTE**

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS 2019-2020

Coordenação do PDA	- SG: Cel (R1) Charles Estevam de Oliveira HASLER ; - DETIC/GEGOV: Cel (R1) HAMILTON Iwamoto da Silva; - DETIC / GEGOV: ATI LUIZ ALEXANDRE Rodrigues Silva;
Representantes do GM	- OUVIDORIA: SC ROBERTO JUNQUEIRA Amorim; - OUVIDORIA: SC Wilson Henrique dos Santos JUNIOR ; - ASCOM: Maj SYLVIA Lúcia Rey de Jesus Martins; - ASCOM: SC MARGARETH Soares Lourenço;
Representantes da SEORI	- DETIC/GEGOV: Est JENNIFER Aguiar Batista; - DETIC/GEINF: ATI RENATO César Oliveira VIANA ; - DEORG: SC LARISSE Cavalcante Lino Corrêa; - DEORG: SC MARÍLIA Andrade Fidalgo dos Anjos; - DEADI: SC LAÍS HELENA Riecken Teixeira; - DEORF: SC Alexandre MAEDA ;
Representantes do EMCFA	- GABINETE: TC Alexei POSENATTO ; - GABINETE: SC ANA Amaria Chagas TONIOLO ; - CAE: Cel Av ADRIANO da Silva Guedes; - CAE: CF Gustavo Adolfo El-Kik DAMASCENO ; - CHELOG: TC Art GLEITON Farias de Souza; - CHELOG: CMG (T) Aldecir Vieira SIMONACI ; - CHOC: Cap LEANDRO Francisco Soares Ciecelski; - CHOC: CF (T) Idilson Alexandre Palhares CASSILHAS ;
Representantes da SEPESD	- DDM: CMG (RM1-T) VALDERI Firmino Machado; - DIREM: TC Eduardo DALTRO de Castro;
Representantes da SEPROD	- SC Thiago ZACCARINI Paschoal; - SC EWERTHON José Vieira Mendes;
Representantes do CENSIPAM	- SC CRISTINA Aparecida Beneditti; - SC WARLEY Rodrigues de Almeida;
Representantes do DPCN	- TC (R1) PAULO CÉSAR Moreira;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. CENÁRIO INSTITUCIONAL	13
1.1.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PESG 2017-2019).....	13
1.1.2. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	13
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	15
3. DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS.....	15
4. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA.....	16
4.1. PROCEDIMENTOS PARA ESTRATÉGIA DE ABERTURA	16
4.2. PREMISSAS	17
4.3. FORMATO DE ABERTURA DOS DADOS SELECIONADOS	18
5. CATALOGAÇÃO NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS.....	18
6. SUSTENTAÇÃO	19
7. GOVERNANÇA	20
8. MONITORAMENTO E CONTROLE	20
8.1. MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS.....	21
8.2. COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	21
9. HISTÓRICO DE ABERTURA DE DADOS.....	22
10. PLANO DE AÇÃO	23
10.1. MECANISMOS DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REUSO EFETIVO DAS BASES ...	23
10.2. DEFINIÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO NA ACMD	24
10.3. BASES DE DADOS, TEMAS, PERIODICIDADE E ÁREAS RESPONSÁVEIS.....	26
10.4. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS EM CONFORMIDADE COM A RES. CGINDA Nº3	30
10.5 PONTOS FOCAIS E MANTENEDORES DAS BASES DE DADOS DESTE PDA	32
ANEXO AA – RELATÓRIO DE ACESSOS E DOWNLOADS DAS BASES DO PDA 2016-2019	37
ANEXO BB – INVENTÁRIO E CATÁLOGO CORPORATIVO DO MD	38



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

LISTA DE TABELAS

NUMERAÇÃO	DESCRIÇÕES	PÁGINAS
1	Tabela de Abreviaturas, Siglas e Acrônimos	5
2	Tabela de Alinhamento da EGD x PDTIC	14
3	Tabela de Histórico de Abertura de Dados	22
4	Tabela de Mecanismos	23
5	Tabela de Definição de Processos de Trabalho na ACMD	24-25
6	Tabela de Bases de Dados	26-29
7	Tabela de Critérios	30
8	Tabela de Criterização das Bases de Dados	31
9	Tabela de Pontos Focais e mantenedores das bases de dados	32-34



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ACMD	Administração Central do Ministério da Defesa
ASCOM	Assessoria de Comunicação do MD
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGINDA	Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
CLATEN	Cadastramento de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional
CSV	<i>Comma Separated Values</i>
DEADI/SEORI	Departamento de Administração Interna
DEORF/SEORI	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DEORG/SEORI	Departamento de Organização e Legislação
DEPES/SEORI	Departamento de Pessoal
DETIC/SEORI	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do MD
DETIC/SEORI	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do MD
DESEG/SEORI	Departamento de Engenharia e Serviços Gerais
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EGD	Estratégia de Governança Digital
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
e-PING	Arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-VoG	Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico
IE	Iniciativa Estratégica
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
LAI	Lei de Acesso à Informação
MD	Ministério da Defesa
MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OE	Objetivos Estratégicos
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OUV	Ouvidoria
PD	Princípios e Diretrizes
PDA	Plano de Dados Abertos
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
SEORI	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SIC	Serviços de Informações ao Cidadão
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico
XLS	<i>Extensible Style Language</i>

1. Tabela de Abreviaturas, Siglas e Acrônimos

RESUMO EXECUTIVO – DADOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	ATUALIZAÇÃO
01	Serviço Militar	Quantitativo de jovens brasileiros que participaram de cada etapa do processo relativo ao serviço militar obrigatório, por ano e por Força Singular.	Serviço Militar	Anual
02	Soldado Cidadão	Resultado do número de qualificações profissionais dos recrutas que prestaram o serviço militar, em complemento à sua formação cívica-cidadã, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às Forças Armadas. Os dados disponibilizados contém o número de jovens beneficiados e os cursos realizados.	Soldado Cidadão	Anual
03	Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (CLATEN)	Planilha que aponta informações do Cadastro dos Levantamento Aeroespaciais já realizados no território nacional, que é composta por dados sobre o Estado, município, escala, finalidade, número de autenticação e ano, empresa e projetos cadastrados. Constan os metadados das áreas aerolevantadas por mais de 70 entidades nacionais públicas e privadas de aerolevantamento inscritas no MD, a partir do ano de 2016.	CLATEN	Anual
04	Vetoriais do CLATEN	Arquivos vetoriais georeferenciados do CLATEN.	CLATEN	Anual
05	Atividades em Missão de Paz no Líbano	Estudo e quantitativo do número de militares brasileiros envolvidos nas missões da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) de acordo com os contingentes enviados em cada ano e separados por sexo.	CLATEN Missão de Paz no Líbano	Anual
06	Atividades em Missões de Paz no HAITI	Estudo e quantitativo do número de militares brasileiros envolvidos nas missões das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) de acordo com os contingentes enviados em cada ano e separados por cada	Missões de Paz no HAITI	Anual

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	ATUALIZAÇÃO
		Força envolvida.		
07	Indenizações únicas do beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 (Anistiados do MD)	Informações sobre os beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 (Anistiados do MD).	Anistiados	Mensal
08	Produtos de Defesa	Informações sobre os produtos de defesa desenvolvidos a partir da consolidação das publicações do Diário Oficial da União e tendo como objetivo facilitar a busca dos credenciamentos já realizados das empresas.	Produtos de Defesa	Anual
09	Róis de Documentos Classificados	Relações de documentos classificados em cada grau de sigilo no Ministério da Defesa (art. 30, I, da Lei nº 12.527/2011).	Documentos Classificados	Anual
10	Róis de Documentos Desclassificados	Relações das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses (art. 30, I, da Lei nº 12.527/2011).	Documentos Desclassificados	Anual
11	Série Histórica Global da Execução Orçamentária do MD	Série histórica de 10 anos da execução orçamentária dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por Grupos de Natureza de Despesa, das unidades orçamentárias do MD	Série Histórica Global da Execução Orçamentária	Mensal
12	Execução Orçamentária das unidades do Ministério da Defesa	Informações sobre a execução das ações orçamentárias do exercício anterior, orçamento e execução das ações do exercício corrente das Unidades do MD.	Execução Orçamentária das unidades do Ministério da Defesa	Mensal
13	Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Permissionários	Informações sobre os permissionários dos Próprios Nacionais Residenciais da administração central do Ministério da Defesa.	Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	Trimestral



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	ATUALIZAÇÃO
14	Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Imóveis Funcionais	Informações sobre os imóveis funcionais geridos pela administração central do Ministério da Defesa e seus status de ocupação.	Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	Trimestral
15	Contratos da administração central do Ministério da Defesa	Série histórica dos contratos celebrados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, a contar de 1998.	Série história de Contratos	Mensal
16	Programa Calha Norte - Vertente Militar	Informações sobre as celebrações de convênios realizadas entre o MD e os Estados/Municípios da região atendida pelo Programa Calha Norte.	Convênios do Programa Calha Norte - Militar	Anual
17	Convênios do Programa Calha Norte - Vertente Civil	Informações sobre as celebrações de convênios realizadas entre o MD e os Estados/Municípios da região atendida pelo Programa Calha Norte	Convênios do Programa Calha Norte - Civil	Anual
18	Previsão Climática da Amazônia	Informações sobre a Previsão climática para a municípios e cidades da Amazônia Legal.	Previsão Climática da Amazônia	Mensal

APRESENTAÇÃO

A segunda edição do Plano de Dados Abertos da Administração Central do Ministério da Defesa (PDA/ACMD) é o documento que atualiza os parâmetros de implementação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD), detalhando e orientando as ações para manutenção do catálogo de bases de dados atuais, disponibilizadas à sociedade sob a forma de dados abertos.

O PDA/ACMD orienta-se pelo princípio da transparência pública e fomenta a promoção do controle social sobre os processos de formulação, implantação e monitoramento de dados abertos. Nesse sentido, durante a fase de construção deste Plano, o Ministério da Defesa disponibilizou a minuta do PDA/MD para consulta pública à sociedade por intermédio do portal “*participa.br*”, buscando viabilizar uma coleta de sugestões formuladas pela sociedade.

O PDA/ACMD decorre da edição do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal) e decorre de disposições estabelecidas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), no Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), bem como de compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 3º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que tratam da transparência como princípio adotado pelo Poder Executivo federal no tratamento das informações sob seu domínio.

Para atendimento aos produtos de Dados Abertos no âmbito do Ministério da Defesa, foi estabelecida a Política de Governança Digital, no tocante ao Pilar “Acesso à Informação”, implementada por intermédio da Portaria Normativa nº 57/MD, de 21 de

setembro de 2016, posteriormente atualizada pela Portaria Normativa nº 60/MD, de 23 de outubro de 2018.

Cumpre ressaltar que o presente Plano se refere ao biênio 2019-2020 e corresponde à atualização do Plano de Ações do PDA anterior (plano plurianual 2016-2019). A adequação da vigência deste Plano, comparativamente com o anterior, se deu no intuito de atender ao disposto na Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

Portanto, este Plano é o instrumento de planejamento e de coordenação das ações que propiciarão o acesso pela sociedade brasileira às bases de dados de que o Ministério da Defesa dispõe, organizando a implantação dos processos de preservação e publicação de informações.

A partir das diretrizes estratégicas, este Plano de Dados Abertos prevê no seu Plano de Ação, as ações necessárias para o alcance da sustentabilidade dos resultados pretendidos, estabelecendo a matriz de responsabilidade, a periodicidade e os responsáveis pela atualização constante das bases de dados, além de prever os canais de comunicação e as formas de interação com a sociedade, bem como a matriz de governança e obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados a serem disponibilizados. O Plano possui periodicidade bienal, com eventuais novas edições, dentro dessa mesma periodicidade, identificadas no mês de sua liberação, as quais, podem ser motivadas pela revisão do status das metas ou novas inserções de abertura de dados. Esse será divulgado à sociedade por meio de sua publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio eletrônico do MD.

O Plano foi construído no 2º semestre de 2018, de forma colaborativa, envolvendo várias unidades do MD, e considerando os princípios da publicidade e da transparência da administração pública. Para se estabelecer priorização dos conjuntos de dados que serão disponibilizados, foram considerados o grau de relevância das informações para o cidadão, os compromissos assumidos pelo Ministério no PDA anterior, além das competências e os conjuntos de dados já disponibilizados anteriormente.

1. INTRODUÇÃO

Nesse sentido, considerando os princípios da publicidade e da transparência da administração pública, o Ministério da Defesa (MD), por intermédio deste documento, atualiza seu Plano de Dados Abertos (PDA/MD), que visa orientar e organizar as ações para a implementação e a promoção da abertura de dados sob sua responsabilidade, para o biênio 2019-2020, e considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo e os deles decorrentes:

- a) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI);
- b) Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;
- c) Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro de 2017, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;
- d) Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 48, inciso II, que determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- e) Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e a disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados são obrigatórios para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal, salvo aqueles protegidos por sigilo;
- f) Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- g) Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadados;
- h) Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade dos órgãos de elaborarem seus respectivos Planos de Abertura de Dados, com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos, bem como orienta para o Plano de Ação Nacional sobre

Governo Aberto (no âmbito da Parceria para Governo Aberto, Open Government Partnership – OGP);

i) Parâmetros estabelecidos na e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico - e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico (e-VoG e e-MAG) - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria nº 03, de 7 de maio de 2007);

j) Parâmetros atuais ou que venham a ser estabelecidos no âmbito de planejamento estratégico institucional ou setorial, bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação (PETI e PDTIC), sob orientação da Estratégia de Governança Digital – EGD;

k) Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que instituiu a Política de Governança Digital no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

l) Política de Governança Digital do Ministério da Defesa estabelecida por intermédio da Portaria Normativa nº 57/MD, de 21 de setembro de 2016, e atualizada pela Portaria Normativa nº 60/MD, de 17 de outubro de 2018; e

m) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), criada em 2003, capitaneada pelo Ministério da Justiça, da qual o Ministério da Defesa faz parte e ampliou sua participação em 2012, com um grupo de trabalho constituído com representantes nas três Forças Armadas – (Marinha, Exército e Aeronáutica), além da Consultoria Jurídica e da Secretaria de Controle Interno (CISSET) do MD.

Importante esclarecer que o presente documento pretende ser uma referência para orientar a manutenção da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, no âmbito do Ministério da Defesa, e não apenas o detalhamento de práticas e ações definidas.

O PDA/ACMD, portanto, é um instrumento de planejamento, controle e manutenção de bases de dados já disponibilizadas, válido para o biênio 2019-2020.

1.1. Cenário Institucional

A elaboração e a revisão do PDA se relacionam e devem estar alinhadas com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão:

1.1.1. Planejamento Estratégico Institucional (PESG 2017-2019)

O desenvolvimento das organizações requer uma clara definição de seus valores, visão de futuro, missão, objetivos e metas a serem alcançadas num determinado horizonte temporal. Os desafios a serem enfrentados impõem o planejamento como ferramenta essencial de apoio ao funcionamento da administração central do Ministério da Defesa. Assim, o planejamento estratégico da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, abrangendo o período de 2017 a 2019, considera em seu mapa estratégico a definição de missão, visão e três perspectivas interligadas que contribuem para a consecução da missão: resultado institucional, processos internos e recursos e pessoas. Nesse sentido, o PDA/MD vincula-se diretamente ao Objetivo Estratégico 10 "Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral do MD".

1.1.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)

A tecnologia da informação assumiu, nos últimos anos, um papel imprescindível no contexto das organizações públicas brasileiras. O foco principal da TIC é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. Além disso, a TIC tem transversalidade sobre vários eixos da organização, tangenciando suas diferentes áreas de atuação. A TIC propicia apoio imprescindível às organizações ao atender suas necessidades de ganho de agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação.

Nesse contexto, na busca por uma administração pública que se destaque pela melhor gestão dos recursos e pela maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TIC, que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional.

Para alcançar esse resultado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e as ações da TIC e as estratégias organizacionais. Dessa maneira, o Plano Diretor de

Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do Ministério da Defesa é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, no âmbito da Pasta, definindo as estratégias e o plano de ação para implantá-las.

No cenário atual, marcado por constantes mudanças, o PDTIC é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão pelo gestor, habilitando-o a agir de forma proativa contra as ameaças e a favor das oportunidades. O PDTIC representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TIC da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TIC, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e os serviços prestados ao cidadão.

No PDTIC, aprovado para o quadriênio 2016-2019, e em suas revisões (nos anos de 2017 e 2018), dentre diferentes temas estão tópicos relacionados a dados abertos, conforme abaixo apresentado, o que demonstra a inclusão da transparência e da disponibilização de dados em formato aberto na pauta de princípios orientadores da tecnologia de informação do Ministério da Defesa:

ASSUNTO	EGD 2016-2019	PDTIC 2016-2019, 1ª (2017) e 2ª revisão (2018)
Disponibilização e uso de dados abertos	OE.01 - Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.	PD01 - Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos e o acesso aos serviços digitais.
Acesso à informação	OE.02 - Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos.	IE3.1 - Viabilizar a abertura das informações digitais estruturadas e armazenadas, com a finalidade de operacionalizar a Lei de Acesso à Informação, respeitando o sigilo aos dados pessoais do cidadão.

2. Tabela de Alinhamento da EGD x PDTIC

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Promover a abertura de dados do Ministério da Defesa, zelando pelos princípios da publicidade, da transparência e da eficiência, visando o aumento da disseminação de informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados já

disponibilizados em formato aberto, de maneira a incentivar a participação social na gestão pública.

2.2 Objetivos Específicos:

Para o PDA 2019-2020, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos, de modo a promover a abertura de dados do MD;
- b) melhorar a qualidade dos dados já disponibilizados;
- c) zelar pelos princípios da publicidade e da eficiência;
- d) propiciar uma política de dados abertos progressiva;
- e) estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais pela publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- f) estimular o cruzamento de dados e a produção de conhecimento em proveito da sociedade e do poder público;
- g) apoiar a gestão estratégica da informação para subsidiar a tomada de decisões;
- h) cooperar na melhoria da gestão da informação e dos dados;
- i) incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas; e
- j) promover a sustentabilidade dos dados abertos já publicados.

3. DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS

A abertura de dados deve, sobretudo, garantir os princípios da publicidade e da transparência da administração pública. Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização do processo, serão considerados os seguintes critérios:

- a) os assuntos mais demandados perante o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), bem como os setores e os serviços mais procurados no portal institucional do órgão;
- b) levantamento do conjunto das bases de dados do MD;
- c) definição das bases a serem publicadas, considerando-se a priorização dos dados que serão abertos, bem como o interesse público dos dados e a maturidade dos sistemas que lhe dão suporte;

- d) definição de arquitetura de abertura para cada sistema;
- e) consolidação e constante atualização do Plano de Ação (item 10);
- f) os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo MD a partir do PDA (2016-2019);
- g) o alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações ~~Comunicação~~ (PDTIC) vigente; e
- h) o nível de maturidade da organização das informações e dados produzidos pelo órgão.

4. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA

4.1. Procedimentos para estratégia de abertura

I - Revisão do Plano de Dados Abertos do MD 2016-2019:

- a) Elaboração de levantamento de acessos às bases do Plano de Dados Abertos 2016-2019 (Anexo AA);
- b) Validação de conjuntos de dados já disponibilizados, identificando inconsistências para correção nas bases e problemas que requeiram a exclusão de bases atuais, em virtude de necessidades específicas do Ministério da Defesa;
- c) Definição de prazos para manutenção e abertura de dados corrigidos, em conformidade com o Plano de Ação (Item 10);
- d) Criação de catálogo de bases de dados a partir dos dados já disponibilizados à sociedade;
- e) Consolidação de Matriz de Responsabilidades.

II - Implementação do Plano de Dados Abertos 2019-2020:

- a) Realização de consulta pública da minuta do Plano de Dados Abertos do MD, com o intuito de fomentar a participação social;
- b) Consolidação dos resultados da consulta pública, para fins de elaboração da segunda edição do Plano de Dados Abertos da ACMD;
- c) Definição dos responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;

- d) Treinamento de usuários na ACMD, para conversão de planilhas em formato aberto;
- e) Capacitação de servidores da ASCOM para publicação de arquivos no portal do MD, no espaço destinado para tal, com o estabelecimento de processos conforme plano de Ação (Item 10.2);
- f) Execução do processo de publicação de dados abertos no portal do MD;
- g) Execução do processo de espelhamento e catalogação de metadados no portal dados.gov;
- h) Consolidação e constante atualização da Matriz de Responsabilidade;
- i) Estabelecimento de procedimentos internos na ACMD, para fins de: coleta de informações, produção de tabelas e relatórios em formato adequado, envio e arquivamento em diretórios específicos, conversão dos arquivos em dados abertos, publicação de dados no portal do MD, espelhamento e catalogação dos dados no portal dados.gov; e
- j) Capacitação dos responsáveis nas áreas de negócio dos dados selecionados e cadastramento de usuários no portal dados.gov.

4.2. Premissas

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de abertura dos conjuntos de dados deve considerar as seguintes premissas:

I - Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;

II - Sempre que possível, publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:

- Nome ou título do conjunto de dados;
- Descrição sucinta;
- Palavras-chave (etiquetas);
- Assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
- Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;

- Periodicidade de atualização;
- Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral etc. exemplo: dados referentes ao censo de 2011, dados de um indicador mensal);
- Escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).

III - Publicar os dados do Ministério, seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e Governo Eletrônico.

IV - Catalogar os dados abertos do Ministério no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do governo federal;

V - Manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;

VI - A atualização dos dados deve ocorrer preferencialmente por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais; e

VII - Utilizar, como forma de disseminação, os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e também a página institucional de dados abertos do MD (<https://www.defesa.gov.br/dados-abertos>), mantendo URL fixa.

4.3. Formato de Abertura dos dados selecionados

Os formatos definidos para disponibilização dos dados selecionados devem obrigatoriamente ser elaborados, extraídos ou subproduzidos a partir dos seguintes formatos XLS ou CSV quando não forem dados georeferenciados;

5. CATALOGAÇÃO NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS

O processo de catalogação será feito diretamente pelas áreas produtoras e detentoras dos dados, sob a coordenação da Autoridade de Monitoramento da LAI do MD (autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011), com suporte técnico do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do MD, e assessoramento

dos membros da Assessoria Técnica de Governança Digital, subordinada à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa e ao Comitê Estratégico do MD.

Para isso, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação realizará a capacitação de servidores do MD para realização de cadastro, manutenção e revisão dos conjuntos de dados. O DETIC fará também o cadastro dos mantenedores dos metadados no portal. As bases de dados publicadas em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e na Página de Dados Abertos do Ministério da Defesa.

A listagem das bases publicadas, com a periodicidade e o setor responsável por sua atualização está descrita no item 10.3 deste plano.

6. SUSTENTAÇÃO

A Autoridade de Monitoramento da LAI será responsável pela curadoria dos metadados do dados.gov.br, contando com o suporte técnico do DETIC e o apoio executivo da Assessoria Técnica de Governança Digital.

À curadoria compreende as seguintes atividades:

- a) verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- b) contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- c) identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura de dados; e
- d) publicar critérios para classificação da acurácia e da qualidade dos dados a ser fornecida como metadados pelas unidades publicadoras. (Exemplos de medida de acurácia para constar da publicação: grau de necessidade de conferência in loco ou por outro critério do dado, frequência esperada dessa conferência, frequência realizada dessa conferência, etc).

7. GOVERNANÇA

Tendo em vista o estabelecido no art. 5º, § 4º do Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, e de acordo com a Portaria Normativa nº 57/MD, e sua atualização, prevista na Portaria Normativa nº 60/MD, a Autoridade de Monitoramento da LAI do MD exercerá as seguintes atribuições com relação ao Plano de Dados Abertos do órgão:

- orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;
- assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;
- monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos;
- apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos; e
- coordenar a realização de Consulta Pública visando identificar prioridades de abertura e potenciais usos dos dados.

À Assessoria Técnica de Governança Digital cabe controlar, em alinhamento com os mantenedores dos dados abertos e responsáveis setoriais:

- coordenar processos de abertura de dados das respectivas unidades de acordo com o plano de ação do PDA;
- catalogar metadados e manter os dados abertos atualizados, conforme periodicidade prevista neste instrumento;
- zelar pela qualidade dos dados abertos; e
- responder por eventuais questionamentos e dúvidas sobre o conjunto de dados abertos.

À Assessoria Técnica de Governança Digital compete diretamente, assessorar a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação no monitoramento da implementação do PDA e no cumprimento das normas referentes à abertura de dados governamentais.

Ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação compete, prestar o suporte tecnológico necessário para a consecução do PDA

8. MONITORAMENTO E CONTROLE

A Autoridade de Monitoramento da LAI apresentará anualmente relatório relativo aos dados disponibilizados, o qual deve incluir, entre outras informações, as estatísticas de

consulta aos dados, uso das Interfaces Programáveis de Aplicativos (APIs) e acesso aos dados na fonte.

A Assessoria Técnica de Governança Digital auxiliará a Autoridade de Monitoramento da LAI no monitoramento da implementação do Plano de Dados Abertos e no cumprimento das normas referentes à abertura de dados governamentais.

8.1. Melhoria da Qualidade dos Dados

O presente plano adota como premissa a disponibilização de dados relevantes para a sociedade de forma evolutiva, primando pela publicidade tempestiva das informações e o aprimoramento das interfaces de dados já disponibilizadas, buscando entregar cada vez mais valor aos usuários. Isso inclui publicação de diversos formatos, uso de Interfaces Programáveis de Aplicativos – APIs em parceria com o MPOG, disponibilizando os conjuntos de dados de maneira mais acessível à sociedade.

8.2. Comunicação e Participação Social

A institucionalização do PDA/MD, sua governança e suas revisões devem ser comunicadas ao público interno do Ministério e à sociedade por intermédio das páginas do órgão na intranet e na internet, respectivamente. Dessa forma, serão envolvidos os setores responsáveis pela publicação dos dados catalogados, de modo a disseminar a cultura da transparência e solidificar a publicação de dados nas rotinas do órgão. Sempre que ocorrer a atualização ou a inserção de dados, devem ser realizadas ações específicas de comunicação, coordenadas pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), para a ampla divulgação interna e externa ao Ministério da Defesa.

Neste cenário, também é fundamental, para o processo de melhoria, a colaboração com a sociedade por meio do recebimento de sugestões, bem como de canais permanentes de comunicação, promovendo ações de participação ainda no momento de definições dos pacotes de dados a serem publicados. Essa cooperação potencializa a transparência das ações e reduz as incertezas quanto aos resultados da abertura dos dados. O cidadão poderá usar os canais de comunicação do MD, para informar ao Ministério sobre



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, sendo encaminhado à área responsável para tratamento e resposta. Os usuários também poderão fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA.

Para fomentar a participação social e, em observância aos princípios da transparência e da publicidade, serão utilizadas as seguintes ferramentas:

- a) Consultas Públicas da minuta deste Plano de Dados Abertos;
- b) Catalogação das informações nos portais www.inde.gov.br e dados.gov.br, conforme natureza do dado;
- c) Publicação de notícias e releases no portal do MD e divulgação em outros canais, como perfil institucional nas mídias sociais; e
- d) Outros espaços de divulgação.

9. HISTÓRICO DE ABERTURA DE DADOS

A tabela abaixo apresenta o histórico de abertura de dados realizado conforme o PDA 2016-2019:

TEMA	Data de Abertura
Produtos de Defesa do MD	JUL 2017
Atividades em Missão de Paz do MD no Haiti	JUL 2017
Atividades em Missão de Paz do MD no Líbano	JUL 2017
Projeto Soldado Cidadão	JUL 2017
CLATEN – Cadastramento de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional	MAR 2017
Serviço Militar Obrigatório (Alistamento Militar)	MAR 2017
Indenizações únicas dos beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 – Anistiados do MD	JUL 2017
Próprios Nacionais Residenciais (PNR) da ACMD	JUL 2017
Contratos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD)	MAR 2017
Róis de documentos classificados	JUL 2017
Róis de documentos desclassificados	JUL 2017
Convênios do programa Calha Norte – Vertente Civil	JUL 2017
Convênios do programa Calha Norte para os Comandos Militares – Vertente Militar	JUL 2017
Previsão Climática	JUL 2017
Série Histórica Global da Execução Orçamentária do MD	MAR 2017
Execução Orçamentárias do MD por ações	MAR 2017

3. Tabela de Histórico de Abertura de Dados

10. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação apresenta as iniciativas propostas e assumidas pelo Ministério da Defesa, definindo prazos para que sejam executadas, bem como as unidades que trabalharão em conjunto para viabilizar o cumprimento das metas. Os passos a serem seguidos para o cumprimento do plano de ação estão descritos a seguir:

10.1. Mecanismos de Promoção, Fomento, Uso e Reuso Efetivo das Bases de Dados

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	ÁREA RESPONSÁVEL
Consulta Pública	Disponibilização da Minuta do Plano de Dados Abertos para consulta pública visando potencializar a participação social na construção do instrumento.	Novembro /2018	DETI/ SEORI
Comunicação da Consulta e notícias relacionadas	Divulgação de notícias sobre o funcionamento e prazo de participação na consulta pública em redes sociais e canais institucionais do MD.	Outubro e Novembro de 2018	ASCOM/ GM
Treinamento de áreas da ACMD sobre o PDA.	Treinamento de servidores civis e militares das áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD sobre o processo de trabalho definido no item 10.2 do PDA.	Janeiro e Fevereiro de 2019	DETI/ SEORI

4. Tabela de Mecanismos

10.2. Definição de processos de trabalho na ACMD (produção de relatórios, parametrização e conversão de planilhas, arquivamento de bases, publicação, catalogação, atualização de dados abertos e manutenção de bases)

ID	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	ÁREA RESPONSÁVEL
01	Produção de relatórios das áreas de negócio do MD	Produção de relatórios ou extração de informações de sistemas para compor as bases do Plano de Dados Abertos da ACMD.	Até o 5º dia útil de cada mês.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.
02	Parametrização de Relatórios e Conversão de Planilhas.	Parametrização de relatórios no formato linha e coluna que possibilitem sua conversão em relatórios de formato de dados abertos.	Até o 5º dia útil de cada mês.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.
03	Arquivamento de bases e planilhas.	Arquivamento de relatórios e bases de dados (planilhas) em repositório específico para os trabalhos da ATGD.	Até o 5º dia útil de cada mês.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD e DETIC.
04	Envio de arquivos em formato de dados abertos à ASCOM.	Envio das planilhas em formato aberto (<i>csv, json, xml, kmz</i>) para a ASCOM.	Até o 5º dia útil do mês corrente.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.
05	Publicação e atualização de arquivos em formato de dados abertos no Portal do MD.	Publicação e atualização de arquivos recebidos pela ASCOM/MD das áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.	Até o 10º dia de cada mês.	ASCOM/GM
06	Informação de links publicados de dados abertos no Portal do MD.	Informação às áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD quanto à publicação dos links no Portal do MD.	Até o 12º dia de cada mês.	ASCOM/GM

ID	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	ÁREA RESPONSÁVEL
07	Catálogo, espelhamento e atualização de conjuntos de dados.	Catálogo de dados e metadados de conjuntos de dados e espelhamento dos arquivos disponibilizados no Portal de Dados Abertos (dados.gov)	Até o 15º dia de cada mês.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.
08	Informação de dados atualizados à SEORI.	Envio de expediente (email) de bases atualizadas no Portal de Dados Abertos em atendimento ao PDA/ACMD vigente.	Até o 15º dia de cada mês.	Áreas responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.
09	Verificação de inconsistências e qualidade das informações publicadas.	Verificação de inconsistências e qualidade das informações publicadas.	Durante a vigência do PDA.	DETI/SEORI
10	Distribuição de solicitações de informações aos responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.	Distribuição e descentralização de questionamentos oriundos da LAI por intermédio do e-OUV ou SIC aos responsáveis por conjuntos de dados na ACMD.	Sob demanda	OUV/GM e SEORI/DEORG
11	Elaboração de relatórios de bases de dados	Elaboração de relatórios de acessos às bases de dados disponibilizadas à ACMD e dos tratamentos oriundos da LAI.	A cada mês de dezembro da vigência do PDA	DETI/SEORI

5. Tabela de Definição de Processos de Trabalho na ACMD

10.3. Bases de dados, Temas, Periodicidade e Áreas Responsáveis

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	PERIODICIDADE de Atualização	ÁREA RESPONSÁVEL
01	Serviço Militar	Quantitativo de jovens brasileiros que participaram de cada etapa do processo relativo ao serviço militar obrigatório, por ano e por Força Singular.	Serviço Militar	Anual	CHELOG/EMCFA
02	Soldado Cidadão	Resultado do número de qualificações profissionais dos recrutas que prestaram o serviço militar, em complemento à sua formação cívica-cidadã, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às Forças Armadas. Os dados disponibilizados contém o número de jovens beneficiados e os cursos realizados.	Soldado Cidadão	Anual	CHELOG/EMCFA
03	Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (CLATEN)	Planilha que aponta informações do Cadastro dos Levantamentos Aeroespaciais já realizados no território nacional, que é composta por dados sobre o Estado, município, escala, finalidade, número de autenticação e ano, empresa e projetos cadastrados. Constatam os metadados das áreas aerolevantadas por mais de 70 entidades nacionais públicas e privadas de aerolevantamento inscritas no MD, a partir do ano de 2016.	CLATEN	Anual	CHELOG/EMCFA



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	PERIODICIDADE de Atualização	ÁREA RESPONSÁVEL
04	Vetoriais do CLATEN	Arquivos vetoriais georeferenciados do CLATEN.	CLATEN	Anual	CHELOG/EMCFA
05	Atividades em Missão de Paz no Líbano	Estudo e quantitativo do número de militares brasileiros envolvidos nas missões da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) de acordo com os contingentes enviados em cada ano e separados por sexo.	CLATEN Missão de Paz no Líbano	Anual	CHOC/EMCFA
06	Atividades em Missões de Paz no HAITI	Estudo e quantitativo do número de militares brasileiros envolvidos nas missões das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) de acordo com os contingentes enviados em cada ano e separados por cada Força envolvida.	Missões de Paz no HAITI	Anual	CHOC/EMCFA
07	Indenizações únicas do beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 (Anistiados do MD)	Informações sobre os beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 (Anistiados do MD).	Anistiados	Mensal	SEPESD/SG
08	Produtos de Defesa	Informações sobre os produtos de defesa desenvolvidos a partir da consolidação das publicações do Diário Oficial da União e tendo como objetivo facilitar a busca dos credenciamentos já realizados das empresas.	Produtos de Defesa	Anual	SEPROD/SG



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	PERIODICIDADE de Atualização	ÁREA RESPONSÁVEL
09	Róis de Documentos Classificados	Relações de documentos classificados em cada grau de sigilo no Ministério da Defesa (art. 30, I, da Lei nº 12.527/2011).	Documentos Classificados	Anual	DEORG/SEORI
10	Róis de Documentos Desclassificados	Relações das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses (art. 30, I, da Lei nº 12.527/2011).	Documentos Desclassificados	Anual	DEORG/SEORI
11	Série Histórica Global da Execução Orçamentária do MD	Série histórica de 10 anos da execução orçamentária dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por Grupos de Natureza de Despesa, das unidades orçamentárias do MD	Série Histórica Global da Execução Orçamentária	Mensal	DEORF/SEORI
12	Execução Orçamentária das unidades do Ministério da Defesa	Informações sobre a execução das ações orçamentárias do exercício anterior, orçamento e execução das ações do exercício corrente das Unidades do MD.	Execução Orçamentária das unidades do Ministério da Defesa	Mensal	DEORF/SEORI
13	Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Permissionários	Informações sobre os permissionários dos Próprios Nacionais Residenciais da administração central do Ministério da Defesa.	Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	Trimestral	DESEG/SEORI



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

ID	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	TEMA	PERIODICIDADE de Atualização	ÁREA RESPONSÁVEL
14	Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Imóveis Funcionais	Informações sobre os imóveis funcionais geridos pela administração central do Ministério da Defesa e seus status de ocupação.	Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	Trimestral	DESEG/SEORI
15	Contratos da administração central do Ministério da Defesa	Série histórica dos contratos celebrados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, a contar de 1998.	Série história de Contratos	Mensal	DEADI/SEORI
16	Programa Calha Norte - Vertente Militar	Informações sobre as celebrações de convênios realizadas entre o MD e os Estados/Municípios da região atendida pelo Programa Calha Norte.	Convênios do Programa Calha Norte - Militar	Anual	DPCN/SG
17	Convênios do Programa Calha Norte - Vertente Civil	Informações sobre as celebrações de convênios realizadas entre o MD e os Estados/Municípios da região atendida pelo Programa Calha Norte	Convênios do Programa Calha Norte - Civil	Anual	DPCN/SG
18	Previsão Climática da Amazônia	Informações sobre a Previsão climática para a municípios e cidades da Amazônia Legal.	Previsão Climática da Amazônia	Mensal	CENSIPAM/SEORI

6. Tabela de Bases de Dados

10.4. Definição de Critérios em conformidade com a Resolução CGINDA nº3

O Plano de Dados Abertos foi definido a partir dos seguintes critérios e pesos:

CRITÉRIO	NOME DO CRITÉRIO	PESO
C1	Grau de relevância ao cidadão	4
C2	Estímulo ao controle social	2
C3	Obrigatoriedade legal ou compromisso assumido	5
C4	Refere a projetos Estratégicos do Governo	2
C5	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado	2
C6	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável	1
C7	Possibilidade de fomento a negócios	3
C8	Solicitado em Transparência Passiva pela LAI	3
C9	Nível de maturidade e organização das informações pertencentes ao conjunto de dados abertos	3

7. Tabela de Critérios

A criterização das 18 bases de dados resultou na tabela a seguir:

NOME DA BASE DE DADOS	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	TOTAL
Serviço Militar	5	1	3	5	5	1	1	4	5	86
Soldado Cidadão	3	1	3	4	5	1	1	2	5	66
Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (CLATEN)	2	1	3	4	2	1	5	2	5	68
Vetoriais do CLATEN	2	1	3	4	2	1	5	2	5	68
Atividades em Missão de Paz no Líbano	2	1	1	5	3	1	1	3	3	57
Atividades em Missões de Paz no HAITI	3	1	1	5	3	1	1	3	3	61
Indenizações únicas do beneficiados pela Lei nº 10.559/2002 (Anistiados do MD)	3	2	5	3	1	1	1	2	5	60
Produtos de Defesa	3	1	3	5	3	1	5	3	3	75
Róis de Documentos Classificados	1	4	5	1	1	1	1	5	4	64
Róis de Documentos Desclassificados	1	4	5	1	1	1	1	5	5	67
Série Histórica Global da Execução Orçamentária do MD	3	3	5	4	4	1	1	5	4	82
Execução Orçamentária das unidades do Ministério da Defesa	3	3	5	4	4	1	1	5	4	82
Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Permissionários	1	3	5	1	1	1	1	1	2	36
Próprios Nacionais Residenciais (PNR) - Imóveis Funcionais	1	3	5	1	1	1	1	1	2	36
Contratos da administração central do Ministério da Defesa	2	5	5	2	1	1	1	3	4	62
Programa Calha Norte - Vertente Militar	3	3	5	5	4	2	3	2	4	78
Convênios do Programa Calha Norte - Vertente Civil	2	4	5	3	5	4	3	2	4	80
Previsão Climática da Amazônia	1	1	3	1	5	5	3	1	1	53

8. Tabela de Criterização das Bases de dados

10.5 Pontos Focais e mantenedores das bases de dados deste PDA (matriz de responsabilidades)

TEMA	UNID. RESPONSÁVEL	PONTO FOCAL		MANTENEDOR
Serviço Militar	CHELOG/ EMCFA	Área:	Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização – Seção de Apoio a Sistemas.	Subchefia de Mobilização – Seção de Serviço Militar
		Nome:	TC Gleiton Farias de Souza	Cel R1 André Buarque
		Contato:	gleiton.souza@defesa.gov.br	andre.buarque@defesa.gov.br
Soldado Cidadão	CHELOG/ EMCFA	Área:	Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização – Seção de Apoio a Sistemas.	Subchefia de Mobilização – Seção de Serviço Militar
		Nome:	TC Gleiton Farias de Souza	Cel (R1) Sampaio
		Contato:	gleiton.souza@defesa.gov.br	valter.sampaio@defesa.gov.br
CLATEN	CHELOG/ EMCFA	Área:	Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização – Seção de Apoio a Sistemas.	Subchefia de Integração Logística – Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento
		Nome:	TC Gleiton Farias de Souza	SC Gerlênia Szervinsk Pereira
		Contato:	gleiton.souza@defesa.gov.br	gerlenia.pereira@defesa.gov.br
Missão de Paz no Líbano e no Haiti	CHOC/ EMCFA	Área:	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas - Chefia de Operações Conjuntas	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas - Chefia de Operações Conjuntas
		Nome:	Cap Leandro Francisco Soares Ciecelski	Cel Inf Josbecasi Moreira de Lima

Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

TEMA	UNID. RESPONSÁVEL	PONTO FOCAL		MANTENEDOR
		Contato:	leandro.ciecelski@defesa.gov.br	josbecasi.lima@defesa.gov.br
Anistiados do MD	SEPESD/ SG	Área:	Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto do MD	Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto do MD
		Nome:	CMG Valderi Firmino Machado	Cap R1 Darci Gelson Petri Renivaldo Aparecido Santana
		Contato:	valderi.machado@defesa.gov.br	darci.petri@defesa.gov.br renivaldo.santana@defesa.gov.br
Produtos de Defesa	SEPROD/ SG	Área:	Secretaria de Produtos de Defesa	Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto do MD
		Nome:	SC Thiago Zaccarini Pachal	Cel Gerson Ben-Hur Mayer
		Contato:	thiago.paschoal@defesa.gov.br	gerson.mayer@defesa.gov.br
Róis de Documentos Classificados e Desclassificados	DEORG/ SEORI	Área:	Departamento de Organização e Legislação	Serviço de Informações ao Cidadão - SIC
		Nome:	SC Larisse Cavalcante Lino Correa	SC Marília Andrade Fidalgo dos Anjos
		Contato:	larisse.correa@defesa.gov.br	marilia.anjos@defesa.gov.br
Série Histórica de orçamentos e Execuções Orçamentárias	DEORF/ SEORI	Área:	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças	Divisão de orçamento
		Nome:	SC Alexandre Maeda	SC Alexandre Maeda

Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

TEMA	UNID. RESPONSÁVEL	PONTO FOCAL		MANTENEDOR
por Ações do MD		Contato:	alexandre.maeda@defesa.gov.br	alexandre.maeda@defesa.gov.br
Próprios Nacionais Residenciais da ACMD	DESEG/ SEORI	Área:	Gabinete do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais	Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado
		Nome:	ST Cláudio Eduardo da Silva Rodrigues	SC Marilene do Espirito Santo e Silva Vilela
		Contato:	claudio.eduardo@defesa.gov.br	marilene.silva@defesa.gov.br
Contratos do MD	DEADI/ SEORI	Área:	Assessoria Interna	Assessoria Interna
		Nome:	SC Laís Helena Riecken Teixeira	SC Laís Helena Riecken Teixeira
		Contato:	lais.helena@defesa.gov.br	lais.helena@defesa.gov.br
Convênios do Programa Calha norte	DPCN/ SG	Área:	Departamento Programa Calha Norte	Departamento Programa Calha Norte
		Nome:	TC Paulo César Moreira	TC Paulo César Moreira
		Contato:	paulo.moreira@defesa.gov.br	paulo.moreira@defesa.gov.br
Previsão Climática	CENSIPAM	Área:	Coordenação Geral de Operações	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
		Nome:	Cristina Aparecida Beneditti	Warley Rodrigues de Almeida
		Contato:	cristina.beneditti@sipam.gov.br	warley.almeida@sipam.gov.br

9. Tabela de Pontos Focais e Mantenedores das Bases dados

11. GLOSSÁRIO

Os termos abaixo referem-se às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA:

Autoridade de Monitoramento: autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011.

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001; SETZER, 2001;).

Dados abertos: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;

Dado público: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica;

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

e-VoG: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

Linked Data: conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

Responsável setorial: unidades organizacionais do Ministério proprietárias dos dados que serão abertos e responsáveis pela guarda das informações; e

ANEXO AA – Relatório de acessos e downloads das bases do PDA 2016-2019

Pos	Conjunto de Dados Abertos	Quantidade de DOWNLOADS	Percentual Geral
1	Serviço Militar	16.295	41,96%
2	Projeto Soldado Cidadão	4.168	10,73%
3	Indenizações únicas dos beneficiados pela Lei nº 10.559/2002	2.527	6,51%
4	Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	2.216	5,71%
5	CLATEN - Cadastramento de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional	1.545	3,98%
6	Contratos da Administração Central do Ministério da Defesa	1.277	3,29%
7	Previsão Climática	1.247	3,21%
8	Róis de documentos desclassificados	1.234	3,18%
9	Série Histórica Global da Execução Orçamentária do MD	1.196	3,08%
10	Róis de documentos classificados	1.177	3,03%
11	Convênios do Programa Calha Norte para os Comandos Militares - Vertente Militar	1.146	2,95%
12	Produtos de Defesa	1.062	2,73%
13	Atividades em Missão de Paz no Líbano	1.013	2,61%
14	Atividades em Missão de Paz no Haiti	938	2,73%
15	Execução Orçamentária das ações orçamentárias das unidades do MD	902	2,32%
16	Convênios do Programa Calha Norte - Vertente Civil	854	2,20%
17	Boletins Climáticos	36	0,09%
		38.833	100,00%

ANEXO BB – Inventário e Catálogo Corporativo do MD

Nome da Base de Dados	Descrição (objetivo)	Unidade Responsável	Situação da Base de Dados
Projeto Soldado Cidadão	Informar o resultado da qualificação profissional dos recrutas que prestaram o serviço militar, em complemento à sua formação cívica-cidadã, a fim de facilitar o ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às Forças Armadas. Os dados disponibilizados contém o número de jovens beneficiados e os cursos realizados, por ano.	CHELOG/ EMCFA	<i>Base de Dados disponibilizada em formato aberto e catalogada no portal.</i>
CLATEN – Cadastramento de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional	Disponibilizar o cadastro dos levantamentos aeroespaciais já realizados no território nacional. Os dados disponibilizados contém os metadados dos aerolevantamentos executados, a partir do ano de 2016.	CHELOG/ EMCFA	<i>Base de Dados disponibilizada em formato aberto e catalogada no portal</i>
Serviço Militar	Informar o quantitativo de jovens brasileiros que participaram de cada etapa do processo relativo ao serviço militar obrigatório, por ano e por Força Singular.	CHELOG/ EMCFA	<i>Base de Dados disponibilizada em formato aberto e catalogada no portal</i>
SISPNR	Sistema de Controle de Próprios Nacionais Residenciais (PNR).	DESEGI/ SEORI	<i>Algumas Bases de dados disponibilizadas em formato aberto e catalogadas no portal.</i>
BDANISTIA	Banco de dados de anistiados - sistema para cadastro, controle e acompanhamento, no âmbito da DEORG – departamento de organização e legislação das informações relativas aos Anistiados Políticos.	SEPESD/ SG	<i>Algumas Bases de dados disponibilizadas em formato aberto e catalogadas no portal.</i>
Banco de Dados de Legislação	Banco de Dados de Legislação (BDLegis – Verão completa). O sistema disponibiliza normas internas, editadas entre os períodos de 1969 e o ano em curso, no âmbito do extinto Estado-Maior das Forças Armadas e da ACMD. administração central do MD.	DEORG/ SEORI	<i>Base de Dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
BCMD	Banco de dados Corporativo.	DETI/SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
BDCURIA	Base de dados para o sistema da Cúria.	CURIA	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

Nome da Base de Dados	Descrição (objetivo)	Unidade Responsável	Situação da Base de Dados
BDLEGIS	Banco de dados de legislação.	DEORG/ SEORI	<i>Bases de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
CADN	IX congresso acadêmico sobre defesa nacional - Sistema de controle e geração de relatórios dos interessados em participar do congresso acadêmico sobre defesa nacional.	SEPESD/ SG	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
CEDN	VIII curso de extensão em defesa nacional – Sistema de controle e geração de relatórios dos interessados em participar do curso de extensão em defesa nacional.	SEPESD/ SG	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
DOKEO	Banco de dados do Sistema de Controle das Catracas.	DETC/ SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
EDRSN	Base de dados Empresas de interesse de defesa nacional – Permite o gerenciamento de um cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional.	CHELOG/ EMCFA	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
EIDN	Empresas de interesse de defesa nacional – Permite o gerenciamento de um cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional.	CHELOG/ EMCFA	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
HELP_DESK	Base de dados para o sistema abertura de chamados.	DETC/ SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
MEMENTO	Base de dados do Sistema Estratégico para o Gabinete do Ministro.	GM	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SDDM	Banco de dados de Atletas Militares.	SEPESD/ SG	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SGT	Sistema de gerenciamento de tarefas - Sistema para cadastro, controle e acompanhamento, no âmbito da CODES, das tarefas (administrativas, desenvolvimento, manutenção corretiva, manutenção evolutiva e serviços) inerentes à sua área de atuação.	DETC/ SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>



Ministério da Defesa
Plano de Dados Abertos
2019/2020

Nome da Base de Dados	Descrição (objetivo)	Unidade Responsável	Situação da Base de Dados
SIRHU	Sistema de Gestão de Recursos Humanos	DEADI/ SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SISADE	Sistema de Informações Gerenciais. Sistema que possibilita a integração entre as informações das diversas áreas de da ACMD.	SG	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SISATLETA	Sistemas de cadastro de atletas e eventos esportivos militares.	SEPESD/ SG	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SISCONJUR	Banco de dados de Transite Processo da CONJUR.	CONJUR	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SISCOVEL	Sistema de controle de veículos - Sistema de controle de viaturas da ACMD.	DESEG/ SEORI	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>
SISPAUTA	Sistema de Pauta da Copa. Sistema de controle de pautas das ASCOM MD e Forças.	ASCOM/ GM	<i>Base de dados não disponibilizada em formato aberto e não catalogada no portal.</i>